



ESTADO DE GOIÁS  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
XII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DE GOIÁS

PROVA DISCURSIVA – GRUPO IV – 25/03/2010

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

---

- 1) O Governador do Estado planeja implantar um sistema rodoviário estadual que passará por vários municípios. Ocorre que, em algumas cidades o traçado da rodovia atingirá ruas/avenidas/praças, as quais, segundo o art. 99, inciso I, do Código Civil Brasileiro, são bens de uso comum do povo. O Gabinete Civil da Governadoria envia os autos à Procuradoria-Geral do Estado indagando se o Estado pode desapropriar bem de uso comum do povo e se terá de indenizar os municípios que terão bens com essa natureza atingidos pela rodovia. Responda os questionamentos de forma fundamentada. (1,5 ponto).
- 2) Sabe-se que os contratos administrativos podem sofrer alteração unilateral. Aponte, em termos principiológicos e legais, o que dá respaldo a esse tipo de modificação contratual, especifique como o ato administrativo deverá se materializar e indique sua nomenclatura, classificação e natureza. (1,5 ponto)
- 3) Servidor público estadual, titular de cargo efetivo, pretende computar, para fins de aposentadoria voluntária, com fulcro no artigo 40 da Constituição Federal de 1988, período compreendido entre 2 de fevereiro de 1981 e 7 de julho de 1988, em que laborou como rurícola. A prestação de serviço foi efetivamente comprovada em sede de ação declaratória ajuizada em face do Instituto Nacional do Seguro Social, com sentença já transitada em julgado. É possível o atendimento do pedido? Fundamente sua resposta. (1,5 ponto)
- 4) A garantia constitucional de aposentadoria com proventos integrais quando o motivo da incapacidade decorrer de doença grave significa que, inicialmente, o valor dos proventos corresponderá à última remuneração devida ao servidor como titular do cargo no qual será inativado. É verdadeira essa afirmação? Fundamente sua resposta. (1,5 ponto)
- 5) O presidente de determinada autarquia deste Estado noticia à Procuradoria-Geral do Estado que ali foram instaurados vários procedimentos administrativos com a finalidade de buscar o pagamento de multas de trânsito registradas em relação a vários veículos de uso daquela entidade. Informa, ademais, que existem as ordens de trânsito que comprovam quem era o servidor (motorista) que dirigia o veículo no momento da aplicação das multas. Menciona, outrossim, a existência de vários questionamentos de defensores dativos, alegando a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição nos referidos processos administrativos. Pede, então, a orientação da Procuradoria-Geral acerca
- a) do procedimento de ressarcimento;
  - b) da obrigatoriedade ou não do duplo grau de jurisdição no âmbito do processo administrativo regido pela Lei nº. 13.800/01 e em sede do processo administrativo disciplinar;
  - c) de como resolver o problema do ressarcimento em face de alguns motoristas que ocuparam cargo de provimento em comissão e que já foram exonerados.
- Orientando a matéria, responda na forma de parecer. (4,0 pontos).